



A

7

DATA DA REUNIÃO: TREZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO. -----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO, SITO NA PRAÇA 25 DE ABRIL, SANTO TIRSO. -----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO. -----

PRESENCAS E FALTAS: -----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE. -----

VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS – PRESENTE. -----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE. -----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE. -----

VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS. -----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE. -----

VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE. -----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE. -----

VEREADORA ENG.ª SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PRESENTE. -----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E VINTE MINUTOS. -----



HORA DE ENCERRAMENTO: DEZASSEIS HORAS.-----

SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES. -----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP foi apresentado um pedido de esclarecimentos, o qual se junta à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

REUNIÃO CMST – 13 DE DEZEMBRO DE 2018

Período Antes da ordem do Dia

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3

Tendo em conta as últimas notícias vindas a público, divulgadas pela imprensa escrita e pelos diversos canais televisivos, vimos solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que nos informe do seguinte:

1º - Sabemos que a CM adquiriu uma viatura ligeira de passageiros eléctrica em 28/12/2017.

Qual a finalidade ou o serviço a que se destina essa viatura?

2º - Sabemos que a CM dispensou a realização de contrato escrito, alegando que o prazo máximo de fornecimento seria de 20 dias.

Qual a pressa nessa aquisição, se, ao que sabemos, esse veículo ainda não funcionou?

3º - Sabemos também que essa aquisição foi concretizada a uma empresa de Aluguer de Automóveis (Travessia Tranquila – Aluguer de Automóveis, Lda).

Porque é que a CM adquirir esta viatura através de uma empresa de aluguer de automóveis e não, como seria normal, numa empresa de comercialização/compra/venda de automóveis?

4º **Houve consulta prévia a outras empresas do ramo automóvel antes de efectuarem esta aquisição? Se sim, quais os nomes dessas empresas?**

5º - Sabendo também que quem autorizou essa aquisição foi o Sr. Vice-presidente Dr. Alberto Costa.

Gostaríamos de saber se o Sr. Presidente deu cobertura a essa aquisição nos termos em que ela foi realizada?

Assim, esperamos que o Sr. Presidente nos informe destas questões nesta mesma reunião, para que fique a constar na respectiva acta.

Santo Tirso, 13 de dezembro de 2018

Os Vereadores do PSD



O senhor presidente respondeu ao pedido de esclarecimentos que antecede, nos seguintes termos: -----

“Acho lamentável que tenham feito um conjunto de questões, algumas razoáveis, mas algumas muito estranhas e lamentáveis, sem primeiro se terem inteirado junto do presidente da câmara do que se tratava. Questionar desta forma é verdadeira “chicana política”, própria de quem não tem ideias para o concelho. -----

Esclarece-se desde logo que não se trata de uma viatura de passageiros. Podiam ter consultado a página na internet Basegov e ficavam desde logo esclarecidos quanto a esse aspeto. Trata-se de uma viatura de apoio aos jardins. -----

Em vez de avançarem logo com este conjunto de questões, poderiam ter feito um pedido de informação prévia ao presidente da câmara para se inteirarem da situação, em vez de se basearem no que é dito na comunicação social. A câmara municipal já emitiu um comunicado. Parece que não o leram. O processo de inquérito em causa trata de uma investigação muito mais abrangente, que segue pelo DIAP de Lisboa e uma das empresas investigadas foi fornecedora dum serviço ao município. -----

A oposição não tem qualquer conjunto de políticas válidas para o concelho e preocupa-se com questões de “*lana caprina*”, completamente laterais à atividade municipal. -----

Reitera-se o que já dissemos: O município de Santo Tirso subiu mais de cem pontos no índice de transparência municipal. -----

Por isso e concluindo: -----

Era bom que lessem o comunicado que foi emitido pela câmara municipal. -----

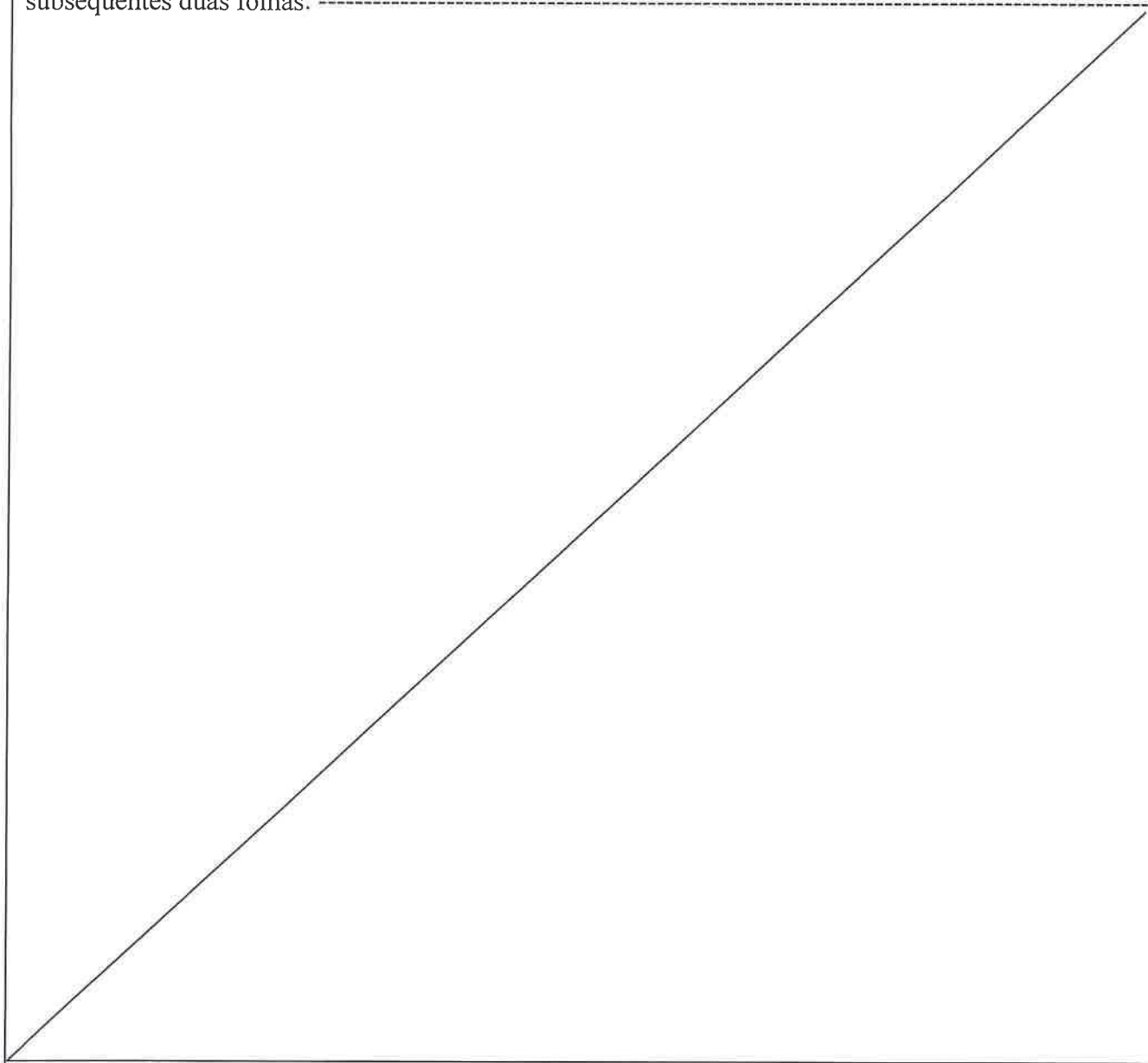
Era bom que lessem e conhecessem as políticas municipais nas mais diversas matérias. ---

O senhor vereador Dr. Alberto Costa agiu no uso das competências que lhe foram delegadas e cujo despacho foi devidamente publicitado, nos termos legalmente previstos. Acho estranho que a vossa principal preocupação seja a “chicana política” e ainda por cima façam



declarações falsas nas redes sociais. Se estão a questionar a confiança do presidente no vice-presidente, reitero aqui a minha total confiança na pessoa do vice-presidente da câmara municipal.”--

b) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita uma declaração política sobre o número de funcionários do município de Santo Tirso por cada mil habitantes, a qual se junta à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes duas folhas. -----



DECLARAÇÃO POLÍTICA

(Santo Tirso é o Município com menos funcionários por mil habitantes da Área Metropolitana do Porto e da Comunidade Intermunicipal do Ave)

Santo Tirso é, entre os 25 Municípios que constituem a Área Metropolitana do Porto e a Comunidade Intermunicipal do Ave, aquele com o rácio mais baixo de funcionários por cada mil habitantes.

De acordo com os dados oficiais disponibilizados pelo portal governamental "Transparência Municipal", Santo Tirso tem 376 funcionários no quadro de pessoal, o que dá uma média de cinco funcionários por cada mil habitantes.

Santo Tirso está, assim, numa situação comparativamente melhor do que a média não apenas dos Municípios da Área Metropolitana do Porto, que tem nove funcionários por cada mil habitantes, e da Comunidade Intermunicipal do Ave, com 10, como também da média nacional, que é de 11 funcionários por cada mil habitantes.

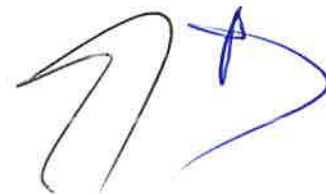
Os dados apresentados pelo portal governamental caucionam a política de rigor, de equilíbrio e de transparência levada a cabo por este executivo municipal, fiel a um princípio segundo o qual os recursos financeiros do Município devem ser gastos com responsabilidade e na medida das necessidades da população.

Os números só surpreendem os mais distraídos ou aqueles que fazem da demagogia a arte de estar na política. Como também atestam os documentos oficiais divulgados por entidades independentes e especializadas, nomeadamente a Ordem dos Contabilistas Certificados, Santo Tirso é um dos Municípios da Área Metropolitana do Porto em que a despesa com pessoal menos pesa no orçamento municipal.

O executivo municipal orgulha-se de ter contribuído, também por esta via, para a consolidação das contas públicas nacionais, graças a uma reestruturação da máquina técnica e administrativa do Município que significou uma redução do número de funcionários por cada mil habitantes de 10 em 2012 para cinco em 2016, sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados à população de Santo Tirso.

Os eleitos pelo Partido Socialista

Santo Tirso, 13 de dezembro de 2018

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized 'S' followed by a smaller, more complex mark that resembles a stylized 'A' or a flourish.

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

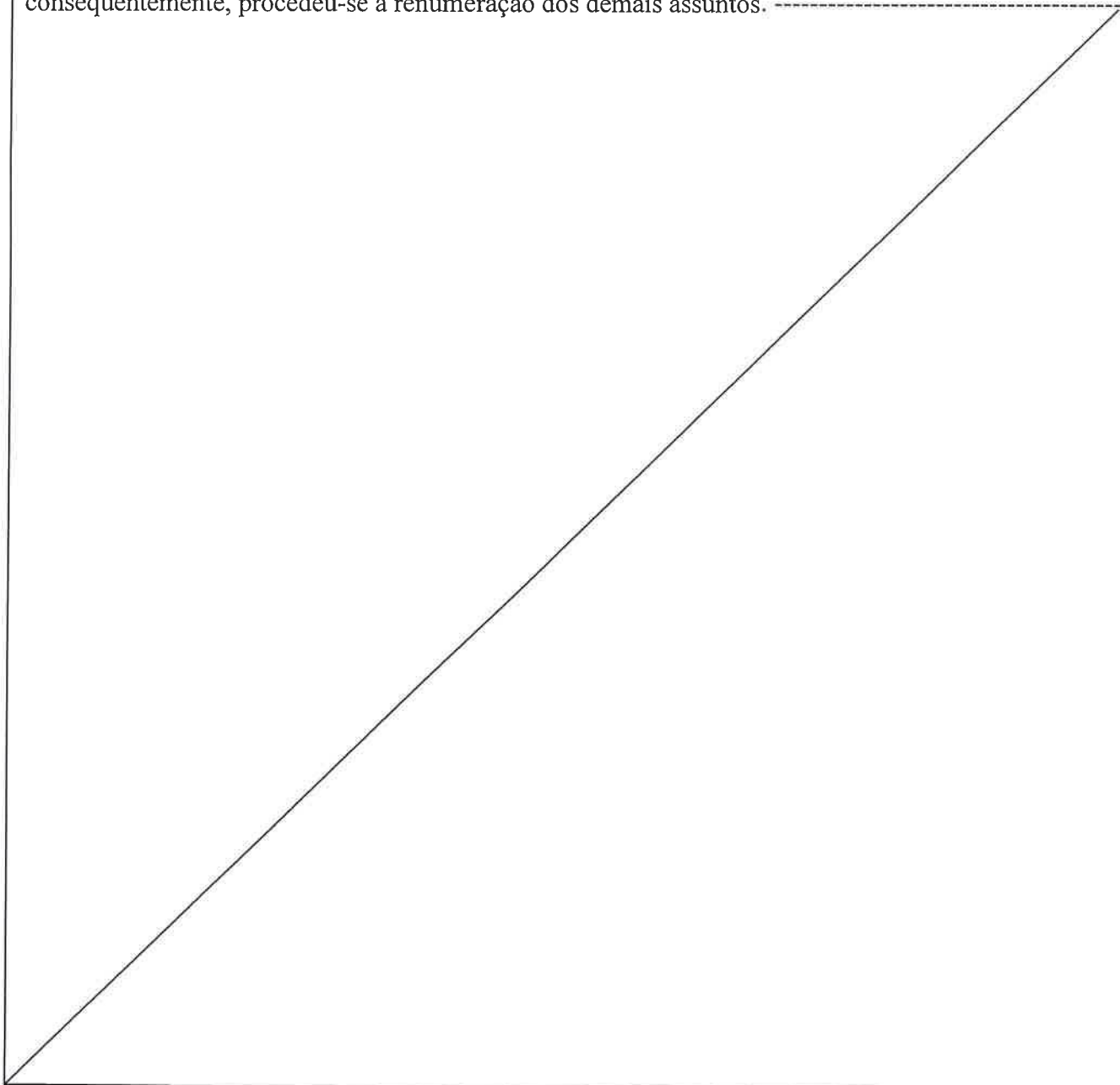
Ata N.º 24 Fl. 8
13 de dezembro de 2018

A handwritten signature in blue ink, possibly reading 'A' or 'D'.

A handwritten mark in black ink, resembling a stylized '7' or a checkmark.

**DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS
PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE
ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.** -----

Foi retirado de reunião o assunto que consta do item 7 da ordem do dia e,
consequentemente, procedeu-se à renumeração dos demais assuntos. -----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018 – ATA Nº 24

ORDEM DO DIA

- 1 - Aprovação da ata da última reunião ordinária de 29/11/2018
- 2 - Despacho de tolerância de ponto nos dias 24 e 31 de dezembro de 2018 - Ratificação
- 3 - 6ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento de 2018 – Ratificação de despacho do presidente
- 4 - DL 76/2017 de 17/08 – Conceito de áreas edificadas consolidadas - Aprovação de parecer jurídico
- 5 - Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) do município de Santo Tirso: Aprovação
- 6 - Proposta de alteração ao Protocolo celebrado em 05/02/2018, entre os municípios de Santo Tirso e da Trofa e a sociedade INDAQUA- Santo Tirso/Trofa- Gestão de águas de Santo Tirso e Trofa S.A., tendo por objeto a comparticipação no pagamento da fatura da água aos utilizadores
- 7 - Proposta de celebração de Protocolo entre os municípios de Santo Tirso e da Trofa a sociedade INDAQUA Santo Tirso/Trofa Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa S.A. tendo por objeto a comparticipação nas tarifas variáveis do fornecimento de água
- 8 - Tarifário do Serviço de Abastecimento de Água para 2019 - Aprovação
- 9 - Alteração ao Regulamento de Trânsito do Concelho de Santo Tirso - Início do Procedimento
- 10 - Proposta de celebração de Acordo de Execução com a junta de freguesia de Vilarinho - Pequenas reparações nos estabelecimentos de Educação e respetivos espaços envolventes
- 11 - Proposta de celebração de protocolo de cooperação entre o município e a associação denominada Espiral de Enredos-Associação Cultural - Realização de atividades teatrais
- 12 - Proposta de celebração de Protocolo de cooperação entre o município e a associação denominada Associação de Teatro Amador Aviscena - Realização de atividades teatrais
- 13 - Paróquia de Santa Maria Madalena - Santo Tirso - Pedido de subsídio para obras no Santuário de Nossa Senhora da Assunção



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel.+351 252 830 400
Fax +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

10

- 14 - Fábrica da Igreja Paroquial de São Salvador de Monte Córdova - Pedido de subsídio para as festas em honra de Santa Luzia**
- 15 - Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Cristina do Couto - Pedido de subsídio para as Festas em honra de Santo André**
- 16 - Proposta de celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo com a associação denominada União Desportiva de S. Mamede de Negrelos**
- 17 - Proposta de celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo com a Associação Desportiva de Tarrio**

Santo Tirso, 10 de dezembro de 2018

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto



1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29/11/2018

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e nove de novembro findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata. -----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----

Não participaram na discussão e votação da ata da última reunião as senhoras vereadoras Dr.ª Andreia Carina Machado da Silva Neto e Eng.ª Ana Maria Moreira Ferreira, em virtude de não terem estado presentes na respetiva reunião. -----



2. DESPACHO DE TOLERÂNCIA DE PONTO NOS DIAS 24 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 – RATIFICAÇÃO. -----

Presente o despacho do senhor presidente da câmara, de trinta de novembro findo, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, que concedeu tolerância de ponto aos trabalhadores nos dias vinte e quatro e trinta e um do corrente mês de dezembro. -----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido despacho. -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, decido, ao abrigo da competência prevista na alínea a) do nº 2 do artigo 35º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais, conceder tolerância de ponto a todos os trabalhadores da câmara municipal de Santo Tirso nos próximos dias 24 e 31 de dezembro de 2018.

Divulgue-se pelos serviços e agende-se para ratificação em reunião do executivo camarário.

Santo Tirso, 30 de novembro de 2018

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto

*Documento assinado de forma digital
com cartão do cidadão*



**3. 6ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO DE 2018 –
RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE. -----**

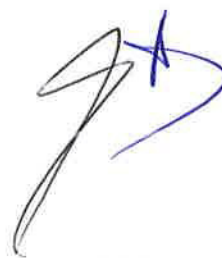
Presente o despacho do presidente da câmara municipal, de vinte e nove de novembro findo, que decidiu propor à assembleia municipal a aprovação da 49ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento do município para dois mil e dezoito, que consiste na 6ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, com a fundamentação constante do mesmo despacho e pelas razões que constam da informação técnica da Divisão Financeira, da mesma data, registada com o número treze mil quatrocentos e oito. -----

Anexa-se à presente ata a referida 6ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, que consta das subsequentes duas folhas. -----

O senhor presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal. ----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido despacho. -----

A 6ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, foi aprovada em sessão ordinária da assembleia municipal de vinte e nove de novembro findo, face à competência daquele órgão deliberativo prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----



LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES
Ano Contabilístico: 2018 Data Aprovação :

Página: 1

Tipo de Modificação : RPI - REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS				Número : 6		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010401	2017 I 23	REQUALIFICAÇÃO URBANA DA PRAÇA CAMILO CASTELO BRANCO E ESPAÇOS ADJACENTES - 2.ª FASE	33.563,67		
Total de Aumentos/Diminuições:						
Total Geral :						

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____

EXTENSÃO		MODIFICAÇÕES DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS														16		Página : 1			
MUNICÍPIO DE SANTO TIAGO		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 43 DO ANO ORÇAMENTALÍSTICO: 2018 REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 6 DATA DE APROVAÇÃO																			
OBJETIVO / PROGRAMA / PROJETO / AÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (REALIZAÇÃO +/-)							DOÇÃO ESCOLHIDA						
					ANO EM CURSO			SEGUINTE	ANO EM CURSO			ANOS SEQUENTES				ANO EM CURSO			ANOS SEQUENTES		
					TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2015	2020	2021	SEQUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2015	2020	2021	SEQUINTE
1.		Funções sociais			33.563,67	33.563,67		476.529,44							33.563,67	33.563,67		476.529,44			
2.4.		Habituação e serviços colectivos			33.563,67	33.563,67		476.529,44							33.563,67	33.563,67		476.529,44			
2.4.2.		Ordenamento do território			33.563,67	33.563,67		476.529,44							33.563,67	33.563,67		476.529,44			
2.4.2.	04	REQUALIFICAÇÃO URBANA DA PRAÇA CASTELO BRANCO E ESPAÇOS ADJACENTES - 2.ª FASE	2017-1-23	02-00000001	33.563,67	33.563,67		476.529,44							33.563,67	33.563,67		476.529,44			
TOTAL ...					33.563,67	33.563,67		476.529,44							33.563,67	33.563,67		476.529,44			

DETALHE DAS MODIFICAÇÕES DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS										
OBJETIVO / PROGRAMA / PROJETO / AÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	DETALHES DA MODIFICAÇÃO							
			Dados anteriores			Dados atuais				
			Período	Fontes de Financiamento			Período	Fontes de Financiamento		
			AC	AA	FC		AC	AA	FC	
2.4.2.	04	2017-1-23	REQUALIFICAÇÃO URBANA DA PRAÇA CASTELO BRANCO E ESPAÇOS ADJACENTES - 2.ª FASE				100,00		20,00	80,00

Em

de

de

Em

de

de



4. LEI 76/2017, DE 17 DE AGOSTO, QUE PROCEDE À QUINTA ALTERAÇÃO AO DECRETO-LEI 124/2006, DE 28 DE JULHO – CONCEITO DE ÁREAS EDIFICADAS CONSOLIDADAS - APROVAÇÃO DE PARECER JURÍDICO.-----

Presente informação da chefe da Divisão de Licenças e Urbanismo, de vinte e dois de novembro findo, registada com o número treze mil cento e vinte, a propor que a câmara municipal delibere tomar uma posição sobre a interpretação do conceito de “áreas edificadas consolidadas”, previsto na alínea b) do nº 1 do artigo 3º do Decreto-Lei 124/2006, de 28 de julho, que estrutura o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, na redação que foi introduzida pela Lei nº 76/2017, de 17 de agosto, para efeitos da aplicação do disposto no artigo 16º daquele Decreto-Lei.---

Sobre o assunto foi solicitado parecer jurídico ao advogado Dr. Marques de Andrade no qual se conclui que “as disposições constantes dos nºs 2, 3 e 5 do artigo 16º do Decreto-Lei 124/2006, de 28 de julho, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 76/2017, de 17 de agosto, não se aplicam ao espaço urbano como tal classificado no Plano Diretor Municipal (PDM)”. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, com a fundamentação que consta da referida informação técnica e do aludido parecer jurídico, datado de três de outubro último, junto à mesma informação técnica, que aqui se tem por inteiramente reproduzida para os todos os efeitos legais, deliberasse considerar que as disposições constantes dos nºs 2, 3 e 5 do artigo 16º do Decreto-Lei 124/2006, de 28 de julho, na redação que lhe foi dada da Lei nº 76/2017, de 17 de agosto, não se aplicam ao espaço urbano como tal classificado no PDM, pelo que o controlo prévio relativo à construção de novos edifícios e ampliação de existentes não está sujeito a parecer do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e Floresta nem às condições previstas naquelas disposições legais.-----

Anexa-se à presente ata, e dela fica a fazer parte integrante, cópia do aludido parecer jurídico, que constitui as subsequentes seis folhas da mesma. -----

Após discussão do assunto, a câmara municipal deliberou, por unanimidade, considerar que as disposições constantes dos nºs 2, 3 e 5 do artigo 16º do Decreto-Lei 124/2006, de 28 de julho,



na redação que lhe foi dada da Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, não se aplicam ao espaço urbano como tal classificado no PDM, pelo que o controlo prévio relativo à construção de novos edifícios e ampliação de existentes não está sujeito a parecer do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e Floresta nem às condições previstas naquelas disposições legais. -----



Informação:

Enquadramento:

- O PDM em vigor define de área edificada consolidada com uma definição mais restrita do que a legislação aplicável que sofreu uma alteração posterior ao PDM (Lei 76/2017, de 17 de agosto).
- Os pareceres do ICNF têm vindo a referir, aliás o que é confirmado no e-mail abaixo, que as disposições dos n.º 2, 3 e 5, do art. 16º não se aplicam ao solo urbano e aglomerados rurais.

Questão:

Tendo em conta o acima referido, aplicam-se ou não as disposições constantes n.º 2, 3 e 5, do art. 16º da Lei 76/2017, de 17 de agosto, quando estivermos em Espaço urbano como tal classificado no PDM.

Parecer:

A resposta à questão é: as disposições constantes n.º 2, 3 e 5, do art. 16º da Lei 76/2017, de 17 de agosto, não se aplicam ao Espaço urbano como tal classificado no PDM.

O artigo 16º remete para a definição de área edificadas consolidadas plasmada no artigo 3º, que diz expressamente "Para efeitos do disposto no presente decreto-lei, entende-se por:" afastando assim a definição constante no PDM

O aludido artigo terceiro diz o seguinte:

A2D

Artigo 3.º

Definições

1 - Para efeitos do disposto no presente decreto-lei, entende-se por:

b) «Áreas edificadas consolidadas», as áreas de concentração de edificações, classificadas nos planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território como solo urbano ou como aglomerado rural;

A versão anterior tinha a seguinte redação:

b) «Áreas edificadas consolidadas» as áreas que possuem uma estrutura consolidada ou compactação de edifícios, onde se incluem as áreas urbanas consolidadas e outras áreas edificadas em solo rural classificadas deste modo pelos instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares;

Analisando e comparando as definições, verifica-se uma manifesta alteração.

Ora vejamos:

Na versão anterior à Lei n.º 76/2017 não existia articulação entre a legislação relativa à Defesa da Floresta contra Incêndios — que é uma legislação setorial por visar a salvaguarda de interesses específicos da floresta e dos riscos de incêndio florestal — e a legislação atinente ao ordenamento do território — que perspetiva este mesmo território de uma forma global, ponderando os diversos interesses que nele confluem.

Essa falta de articulação impedia, muitas vezes, alcançar soluções de ocupação do território adequadas, originando situações “absurdas” ou “manifestamente desrazoáveis”.

Num esforço claro ^{de} articulação, a definição atual remete expressamente para a classificação dos solos nos planos de ordenamento.

De acordo com a Lei de Bases e o RJIGT, cabe aos planos intermunicipais ou municipais de ordenamento do território a tarefa da classificação (e da qualificação) dos solos para efeitos do seu regime de ocupação, uso e

transformação — aquilo que se designa por regime de uso do solo (cfr. artigos 10.º da Lei de Bases e 70.º do RJIGT).

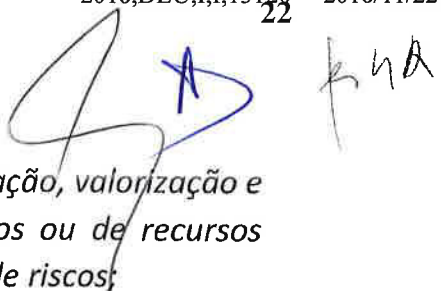
Nos termos do RJIGT, na sequência do previsto na Lei de Bases, os solos são classificados, atento o seu destino básico, em urbanos e rústicos, tendo esta legislação procedido, por comparação com a legislação precedente, a uma alteração de fundo quanto aos solos que devem ser reconduzidos a cada uma destas classes.

Assim, o solo urbano é, agora, “... o que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou edificação” [artigo 70.º, n.º 2, alínea a) do RJIGT] e não já “aquele para o qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação, nele se compreendendo os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada” [ou, ainda, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 73.º do RJIGT de 1999 “os solos cuja urbanização fosse possível programar”].

Por sua vez o solo rústico (categoria que corresponde à anteriormente designada de solo rural) passa a ser uma classe residual, como decorre da definição que dele é dada pela alínea b) do n.º 2 do artigo 71.º do RJIGT: “aquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, à valorização e à exploração de recursos naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer ou à proteção de riscos, ainda que seja ocupado por infraestruturas, e aquele que não seja classificado como urbano” .

A partir desta definição legal, é possível identificar categorias muito distintas dentro da classe mais genérica ou “aberta” do solo rústico (neste sentido cfr. Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto), a saber:

a- solos com uma reconhecida aptidão para utilizações “naturais” (por contraposição a utilizações “artificiais”), designadamente em função das suas características intrínsecas: aqui se integram os solos destinados ao



aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, de conservação, valorização e exploração de recursos naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, espaços naturais, espaços para a proteção de riscos;

b- solos destinados para certas utilizações "edificáveis" que, contudo, não lhes confirmam um estatuto de urbano, assumindo-se estas utilizações edificáveis como o próprio uso dominante desta classe de solos: o caso dos espaços culturais, dos espaços de equipamentos e dos espaços de ocupação turística em solo rústico, mas também dos espaços de edificação dispersa⁸, dos aglomerados rurais⁹ e dos solos ocupados por infraestruturas ou outras estruturas que não lhes confirmam o estatuto de solo urbano;

c- todos os restantes (ainda que parcialmente urbanizados) que não sejam classificados pelos planos territoriais como urbanos.

Refira-se que a novidade, comparativamente com o quadro legal imediatamente anterior, encontra-se na situação referida em c); *todos as restantes categorias, incluindo as áreas de edificação dispersa e os aglomerados rurais integravam já a classe dos solos rurais (agora rústicos) da legislação precedente.*

Como se pode constatar, a mudança mais relevante dá-se em matéria de solo urbano: ao contrário do que sucedia antes, já não podem ser integrados nos solos urbanos aqueles que não disponham de qualquer urbanização (os típicos solos urbanizáveis, que correspondiam aos que, mesmo desprovidos de qualquer infraestruturacção, o plano lhes reconhecia vocação para o processo de urbanização e edificação), mas apenas os solos que se encontrarem já urbanizados, ainda que parcialmente (isto é, dotados de infraestruturas urbanísticas que permitam uma sua utilização urbana) ou edificados.

Pretendeu-se, com a nova definição de solo urbano, alterar o paradigma de planeamento dos últimos anos e promover, em definitivo, um paradigma de contenção, de colmatção e de reabilitação urbanas, mediante o aproveitamento do existente.



Posto isto:

Com a Lei n.º 76/2017, regista-se um novo conceito de áreas edificadas consolidadas [alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º] e que corresponde agora às “áreas de concentração de edificações, classificadas nos planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território como solo urbano ou como aglomerado rural”.

Como facilmente se percebe, há aqui uma tentativa de se superar a desarticulação entre a classificação (e qualificação) dos solos para efeitos de planeamento territorial e para efeitos da proteção da floresta contra incêndios.

Fica assim definitivamente esclarecido que as proibições ou condicionalismos à edificação que constam dos n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º não se aplicam aos solos que estejam classificados nos planos municipais e intermunicipais como urbanos.

Quanto aos solos rústicos, fica também esclarecido que a proibição e condicionalismos a que se referem aqueles normativos só não se aplica para a categoria do solo rústico designada de aglomerado rural,

Pelo que, as restantes categorias de solo rústico ficam vinculadas à proibição, ainda que, de acordo com o plano municipal, possam ser “edificáveis” (espaços de atividades industriais; dos espaços de ocupação turística e espaços destinados a equipamentos, infraestruturas e outras estruturas ou ocupações compatíveis com o estatuto de solo rústico que justifiquem a constituição de uma categoria ou subcategoria de solo com um regime de uso próprio).

Assim sendo, pode-se concluir que existe uma maior articulação, por força da Lei n.º 76/2017, entre a classificação dos solos para efeitos do sistema

de defesa da floresta contra incêndios e a sua classificação para efeitos de ordenamento do território.

Neste sentido vide "Algumas notas sobre as alterações ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho operadas pela Lei n.º 6/2017, de 17 de agosto que define o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndio, de Fernanda Paula Oliveira, in <https://www.e-publica.pt/volumes/v4n3/pdf/Vol.4-N%C2%BA3-Art.03.pdf>

Conclusão:

As proibições ou condicionalismos à edificação que constam dos n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º não se aplicam aos solos que estejam classificados nos planos municipais e intermunicipais como urbanos.

É este o meu parecer.

Santo Tirso, 3 de Outubro de 2018

O advogado,


A. Marques de Andrade



5. ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (EMAAC) DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO: APROVAÇÃO. -----

Presente informação da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, de três do corrente mês de dezembro, registada com o número treze mil quinhentos e oitenta e nove, a comunicar que a Área Metropolitana do Porto candidatou o projeto “Metroclima – adaptação às Alterações Climáticas na Área Metropolitana do Porto: Conhecer, Planear, Antecipar” ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização de Recursos (POSEUR), tendo o mesmo sido aprovado (POSEUR-02-1708-FC-000010), no qual se prevê que os municípios elaborem e implementem as suas Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC).-----

O documento anexo à referida informação tem por objetivo capacitar agentes que atuam no território e sensibilizar os cidadãos para a adoção de comportamentos de autoproteção, reduzindo riscos e vulnerabilidades climáticas; envolver os cidadãos na construção de um município mais inclusivo, sustentável e atrativo.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, que consiste num documento de natureza estratégica que identifica, caracteriza e prioriza um conjunto de opções de adaptação que poderão ser, após aprovação formal, operacionalizadas através da implementação de medidas de adaptação concretas e monitorizáveis ao longo do tempo. -----

Anexa-se cópia do referido documento à presente ata, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I, composto por cento e trinta e sete folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

Após discussão, e votação nominal, a câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido documento.-----



6. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO CELEBRADO EM 05/02/2018, ENTRE OS MUNICÍPIOS DE SANTO TIRSO E DA TROFA E A SOCIEDADE INDAQUA- SANTO TIRSO/TROFA- GESTÃO DE ÁGUAS DE SANTO TIRSO E TROFA S.A., TENDO POR OBJETO A COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA DA ÁGUA AOS UTILIZADORES. -----

Presente informação da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, de cinco do corrente mês de dezembro, registada com o número treze mil setecentos e trinta e dois, a comunicar que a comparticipação assumida pelo município de Santo Tirso no Protocolo celebrado com a INDAQUA em cinco de fevereiro último, cuja minuta foi aprovada por despacho do presidente da câmara de dezanove de dezembro de dois mil e dezassete, ratificado pela câmara municipal em reunião de vinte e oito do mesmo mês de dezembro, no montante de 246.260,00€ (duzentos e quarenta e seis mil e duzentos e sessenta euros) teve por base uma previsão do consumo de água no concelho de Santo Tirso para o ano de 2018, verificando-se, no entanto, no corrente ano, um aumento do consumo de água, que se reflete na faturação a participar pelo município de Santo Tirso, estimando-se que o montante a participar por este município ultrapasse o montante anual protocolado, no montante de 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros). -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, tendo por base os pressupostos que presidiram à celebração do aludido Protocolo, e face ao teor da referida informação técnica, que aqui se dá por inteiramente transcrita, para todos os efeitos legais, deliberasse proceder à revisão do aludido protocolo, no sentido de alterar os n.ºs 3 e 4 da cláusula terceira e a cláusula décima-primeira, nos termos da minuta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, composto por cinco folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião. -----

O reforço da comparticipação financeira do município, no montante de 25 000,00€ (vinte e cinco mil euros) será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 06020305, na



qual tem dotação, conforme proposta de cabimento 3517/2018. -----

O compromisso assumido pelo município está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3739/2018, conforme requisição externa de despesa número 3985/2018, de 04 do corrente mês de dezembro.-----

Após discussão do assunto, a proposta foi submetida a votação nominal, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

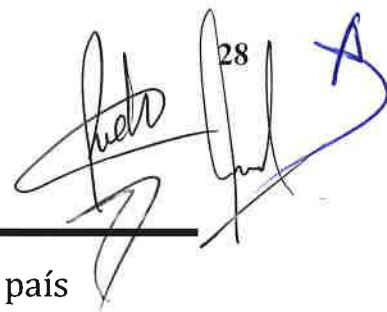
No momento da discussão da proposta, pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP foi feita uma declaração, a qual se junta à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes duas folhas.-----

REUNIÃO CMST - 13/12/2018

Reunião Ordinária

PONTOS Nº 6, ~~XX~~ 8 DA ORDEM DO DIA

28



Santo Tirso continuará a liderar com a água mais cara do país

É importante lembrar que o contrato de concessão da rede pública de água foi negociado em 1998 e celebrado em 1999 pelo atual presidente da câmara Joaquim Couto, e incluiu uma cláusula de proteção de risco para a concessionária e carregou para o Município e para os Tirsenses, como aliás denunciou o tribunal de contas, todos os riscos. Trata-se por isso de um contrato blindado, que impede alterações que interfiram com o chamado “reequilíbrio financeiro da concessionária”.

A esmagadora maioria dos municípios do nosso país com as tarifas mais elevadas têm contratos de concessão com entidades gestoras”, avançou um estudo da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO), advogando que são “contratos de concessão desequilibrados – denunciados em 2014 pelo Tribunal de Contas –”, em que as “cláusulas, muitas vezes, preveem consumos futuros de água que dificilmente se concretizarão, pela desproporção da estimativa”, tudo isto da responsabilidade do Presidente da Câmara, Joaquim Couto.

O tarifário da água proposto por esta maioria para 2019 mantém Santo Tirso no topo dos concelhos com a água mais cara do País, registando um aumento de mais de um euro a pagar pelos consumidores.

E o que faz o Senhor Presidente?

Para encobrir este impacto tão pesado para os consumidores, a câmara de Santo Tirso celebrou um protocolo com a Indaqua e passou a compartilhar parte da tarifa variável, paga por todos nós, ou seja, pagamos a água mais cara do país e para minimizar as consequências penosas deste contrato de concessão, pagamos outra vez.

Os vereadores do PSD não se vão opor ao pagamento desta comparticipação, apesar de saberem que esta medida que ajuda as famílias, mas onera município por conta do contrato de concessão negociado e da responsabilidade do presidente Joaquim Couto.

A verdade é que Santo Tirso lidera o país com água mais cara e assim vai continuar, por isso votamos contra o aumento previsto no tarifário para 2019.

Santo Tirso, 13 de dezembro de 2019

Os Vereadores do PSD





O senhor presidente pronunciou-se sobre as questões abordadas na declaração que antecede, referido, essencialmente, o seguinte: -----

“A declaração que antecede parece esquecer que há um desconto de 15% na tarifa variável, valor esse assumido pelo município de Santo Tirso. A tarifa de água do município de Santo Tirso pode ser uma das mais caras do país, mas não é a mais cara. Sendo certo que será seguramente o município que fornece água da rede pública com mais qualidade. Acresce que o apoio às famílias em geral deve ser considerado no seu todo e não isoladamente. As famílias do concelho de Santo Tirso de mais baixos recursos têm um conjunto de amortecedores, que são do conhecimento geral, que colocam as famílias do nosso concelho num patamar de apoios bem acima dos municípios vizinhos. Devem juntar todos os amortecedores sociais concedidos pelo município, naquilo que são despesas correntes duma família normal (transportes escolares, refeições e lanches escolares, impostos) e ver se são ou não suficientes. -----

Não fizeram propostas políticas alternativas e não tiveram a elegância de referir, na declaração que antecede, estas políticas sociais que vêm sendo seguidas pelo município. -----

A proposta de reforço de 25 000,00€ para amenizar o custo da tarifa variável é perfeitamente justificável, pois os efeitos da crise de 2012, 2013, 2014, ainda se fazem sentir. Este reforço não tem a importância negativa que lhe quiseram atribuir”.-----



A

7

7. TARIFÁRIO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA 2019 – APROVAÇÃO. -----

Presente informação da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, de cinco do corrente mês de dezembro, registada com o número treze mil setecentos e sessenta e cinco, a remeter proposta de atualização do tarifário dos serviços de abastecimento de água, para o ano de dois mil e dezanove, em conformidade com o disposto na cláusula 29ª do contrato de concessão celebrado com a Indaqua Santo Tirso/Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A., do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

A Divisão de Ambiente e Sustentabilidade informa que a proposta apresentada cumpre os pressupostos legais previstos no referido contrato. -----

Nestes termos, o senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a atualização do referido tarifário para o ano de dois mil e dezanove nos termos da referida proposta apresentada pela concessionária. -----

O referido tarifário deverá ser publicitado nos termos legalmente previstos. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada com seis votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e dois votos contra, dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP. -----

TARIFÁRIO PARA 2019

a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2019

INDAQUA
SANTO TIROSO | TROFA

TARIFAS FIXAS (/30 dias)			
(Valores sujeitos a IVA à taxa legal em vigor)	diâmetro (mm)	euros/30 dias	
Utilizadores Domésticos	Diâmetro até 25 mm (≤25mm)	9,0420	
	Diâmetro entre 25 e 30 mm (>25 e ≤30mm)	36,5021	
	Diâmetro entre 30 e 50 mm (>30 e ≤50 mm)	72,9920	
	Diâmetro entre 50 e 100 mm (>50 e ≤100 mm)	100,6010	
	Utilizadores não Domésticos*	Diâmetro até 20 mm (≤20mm)	10,9520
	Diâmetro entre 20 e 30 mm (>20 e ≤30mm)	36,5021	
	Diâmetro entre 30 e 50 mm (>30 e ≤50 mm)	72,9920	
	Diâmetro entre 50 e 100 mm (>50 e ≤100 mm)	100,6010	
	Diâmetro entre 100 e 300 mm (>100 e ≤300 mm)	145,9838	
	Diâmetro acima de 300 mm (>300 mm)	291,9551	
TARIFAS VARIÁVEIS (/m³)			
(Valores sujeitos a IVA à taxa legal em vigor)	Escalões (m³/30 dias)	euros/m³	
Utilizadores Domésticos	1º Escalão - 0 a 5 m³	0,9963	
	2º Escalão - 6 a 15 m³	1,6201	
	3º Escalão - 16 a 25 m³	3,2585	
	4º Escalão - superior a 25 m³	4,5447	
Utilizadores não domésticos	Escalão Único	3,2585	
Autarquias e Instituições	Escalão Único	1,4042	
Grandes Utilizadores	1º Escalão - 0 a 1.500 m³	3,2585	
	2º Escalão - 1.500 a 3.000 m³	1,4113	
	3º Escalão - 3.000 a 10.000 m³	1,1200	
	4º Escalão - 10.000 a 30.000 m³	0,8917	
	5º Escalão - superior a 30.000 m³	a definir caso a caso	
TARIFAS DE SERVIÇOS AUXILIARES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA			
(Valores sujeitos a IVA à taxa legal em vigor)		euros	
Encargos com aviso de corte		custo com envio do aviso	
Incumprimento de prazo de pagamento (valor não sujeito a IVA)		registado	
Suspensão e reinício da ligação por incumprimento do utilizador		4,2419	
Suspensão da ligação a pedido do utilizador		72,9920	
Verificação do contador a pedido do utilizador		51,0883	
Ligação para fornecimentos provisórios		72,9920	
Abertura e fecho de água a pedido do utilizador		mediante orçamento	
Leitura extraordinária a pedido do utilizador		58,3936	
Análise de projectos de obras particulares - emissão de parecer		14,5985	
Informação sobre o sistema público de abastecimento em plantas de localização		116,7870	
Vistoria a sistema predial de águas a pedido do utilizador		94,8959	
Água avulso - por metro cúbico (IVA taxa reduzida - 6%)		145,9838	
Mudança de local do contador (quando o contador já está no limite da propriedade)		5,1970	
Mudança de local do contador de dentro da habitação para o limite da propriedade		mediante orçamento	
(colocação da caixa do contador a cargo do consumidor)		gratuito	
RAMAIS DOMICILIÁRIOS			
(Valores sujeitos a IVA à taxa legal em vigor)		euros / metro	
Acima de 20 metros de extensão, por metro adicional		72,9920	
Ramais da responsabilidade de terceiros		mediante orçamento	
Alteração de ramal		mediante orçamento	
CAUÇÕES			
(Valores isentos de IVA)		euros	
Caução para religação após incumprimento **		4 x Cmm***	
Caução para utilizadores não domésticos		170,7725	
Caução para ligações provisórias		284,6208	
inclui Autarquias e Instituições			

* inclui Autarquias e Instituições

** apenas em caso de restabelecimento e desde que o consumidor opte por não pagar por transferência bancária

*** Cmm - Encargo com o consumo médio mensal do cliente, ou de cliente com idêntica tipologia, registado nos últimos 12 meses (Despacho n.º 4186/2000 - 2.ª série).

Nota 1: Serão imputados aos utilizadores em mora, os custos relativos aos encargos decorrentes do envio, por correio registado, do aviso prévio de suspensão do Serviço.

Nota 2: Será imputada aos utilizadores a Taxa de Recursos Hídricos (TRH), regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, tendo ainda sido objeto do Despacho n.º 484/2009 do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado na 2.ª série do Diário da República, de 9 de janeiro de 2009.

15/11/2018



8. PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE SANTO TIRSO - INICIO DO PROCEDIMENTO. -----

Presente informação da Divisão de Mobilidade e Transportes, de vinte e dois de novembro findo, registada com o número treze mil e sessenta e nove, a propor alterações ao Regulamento municipal acima referido, no âmbito da estratégia de desenvolvimento urbano sustentável e de promoção da qualidade de vida, ações de requalificação urbana, de melhoria da qualidade dos espaços públicos e da reafecção do seu uso, e de promoção da mobilidade urbana sustentável, privilegiando a multimodalidade e os modos suaves, o peão e a bicicleta, bem como a promoção do uso do transporte público. -----

Com as alterações a introduzir ao aludido Regulamento, aprovado pela assembleia municipal em vinte e seis de fevereiro de dois mil e quinze, pretende-se adaptar o mesmo às novas realidades. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse dar início ao procedimento de 1ª alteração do Regulamento municipal acima referido, e designar como responsável pela direção do respetivo procedimento o Técnico Superior Eng. João Paulo Rosas Martins, em quem fica delegado, nos termos do n.º 2 do artigo 55º do mesmo Código, o poder de direção do procedimento.-----

O senhor presidente propôs ainda que se fixe como data do início do procedimento, a data da presente deliberação, e se fixe o prazo de dez dias úteis para a constituição como interessados no procedimento e apresentação por escrito de contributos para a elaboração da proposta de 1ª alteração ao dito regulamento.-----

A presente deliberação será publicitada de harmonia com o previsto no n.º 1 do referido artigo 98º e nos demais termos legalmente previstos, de cuja publicitação deverá constar a forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração das alterações àquele regulamento. -----

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

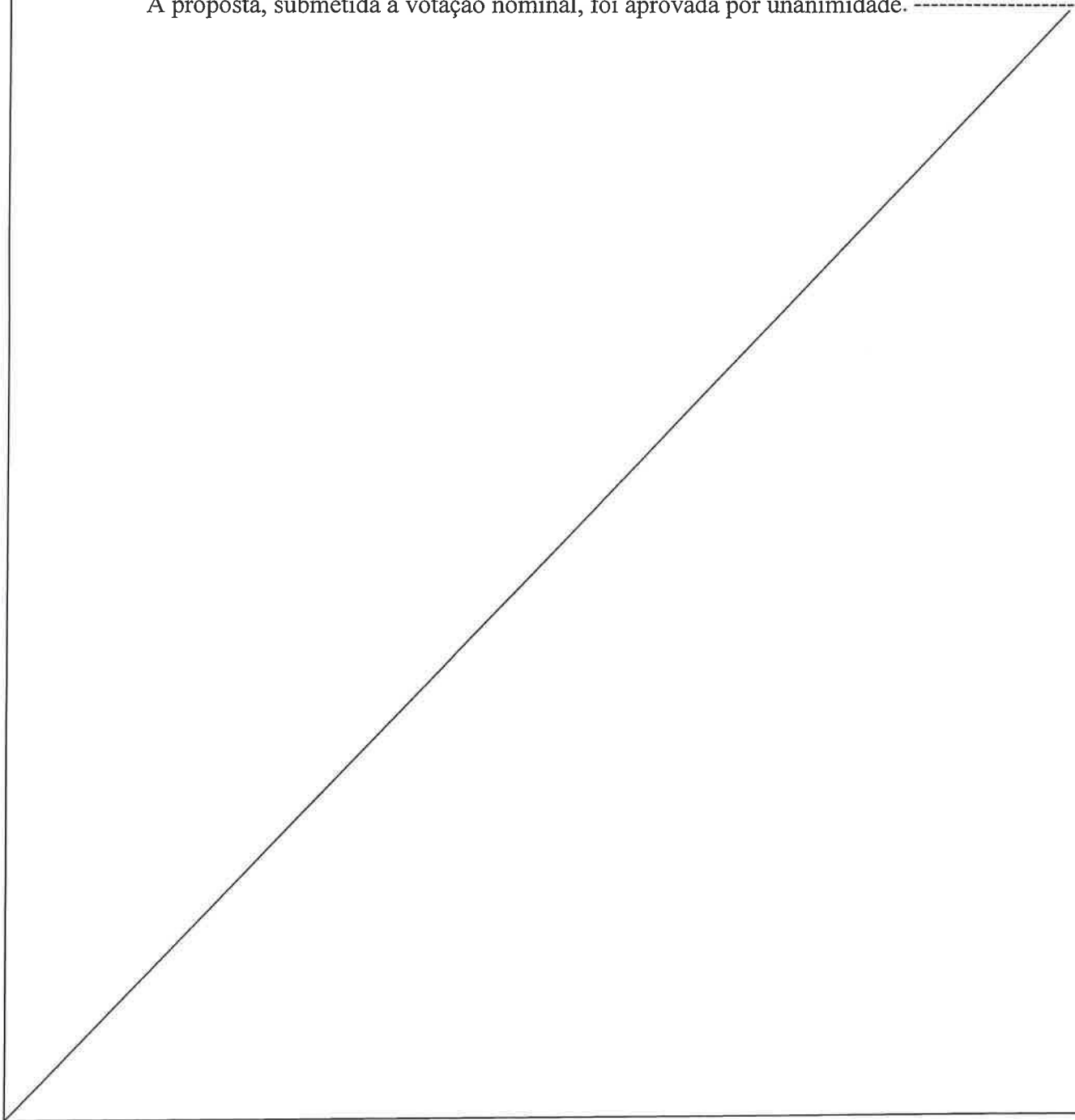
Ata N.º 24 Fl. 34
13 de dezembro de 2018

A

[Handwritten mark]

O referido prazo de dez dias úteis conta-se a partir da data da publicitação desta deliberação. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----





A

[Handwritten signature]

9. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE VILARINHO - PEQUENAS REPARAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E RESPETIVOS ESPAÇOS ENVOLVENTES.-----

Presente informação do Serviço de Gestão de Edifícios Municipais, de vinte e sete de novembro findo, registada com o número treze mil duzentos e noventa e um, a remeter minuta de Acordo de Execução a celebrar com a freguesia de Vilarinho, que tem por objeto a delegação de competências para proceder à realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, na respetiva área de circunscrição territorial, bem como para promover a manutenção dos respetivos espaços envolventes, cujos trabalhos a realizar são os identificadas no anexo I daquele Acordo de Execução, que respeitam a minuta aprovada pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte e seis de fevereiro último. -----

A assembleia municipal, pela mesma deliberação atrás referida, autorizou a assunção de encargos plurianuais com a celebração do referido Acordo de Execução. -----

O montante global dos encargos assumidos pelo município com a celebração do aludido Acordo de Execução é de 10.230,00€ (dez mil duzentos e trinta euros), assim repartidos: -----

2019 – 3 720,00€ (três mil setecentos e vinte euros); -----

2020 – 3 720,00€ (três mil setecentos e vinte euros);-----

2021 – 2 790,00€ (dois mil setecentos e noventa euros). -----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 0204050102, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 205/2018. ---

O compromisso inerente ao montante da comparticipação financeira a transferir para aquela freguesia no ano de dois mil e dezanove está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 917, conforme documento de requisição externa de despesa número 1162/2018, de 06 de março, e movimento de estorno número 1289/2018. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse celebrar o Acordo de



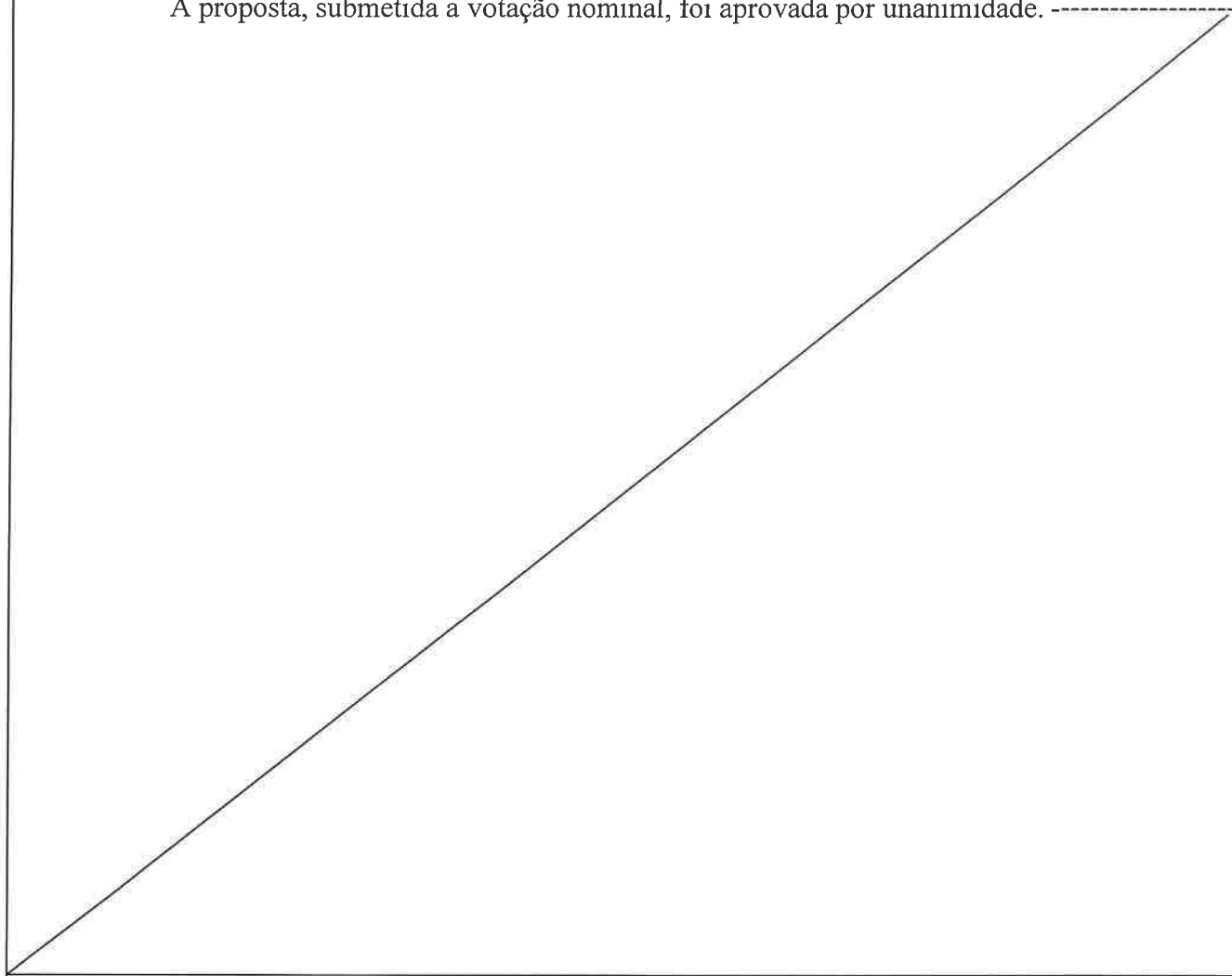
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Execução com a referida freguesia de Vilarinho, que tem por objeto a delegação de competências para a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, na respetiva área de circunscrição territorial, bem como para promover a manutenção dos respetivos espaços envolventes, nos termos da minuta que se junta à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III, cuja aprovação igualmente propôs. -----

A referida minuta fica rubricada pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----





A

10. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A ASSOCIAÇÃO DENOMINADA ESPIRAL DE ENREDOS- ASSOCIAÇÃO CULTURAL - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES TEATRAIS. -----

Presente pedido da associação denominada Espiral de Enredos – Associação Cultural, enviado por email de vinte e dois de novembro findo, registado com o número trinta e quatro mil e vinte e um, a solicitar a atribuição de um subsídio, para comparticipação financeira pelo município, de diversas atividades culturais a realizar por aquela associação nos anos de dois mil e dezoito e dois mil e dezanove.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Património e Museus, conforme informação de vinte e dois de novembro findo, registada com o número treze mil cento e vinte e nove, que propõe a celebração de um Protocolo com aquela associação, que tem por objeto a promoção e divulgação do teatro e as artes cénicas no concelho e a sua divulgação no anos de dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, e mediante a atribuição de um subsídio no montante global de 6.000,00€ (seis mil euros), do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV, rubricado pelo presidente da câmara e por quem a secretariou.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental nº 3462/2018.-----

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3709/2018, conforme documento de requisição externa de despesa número 3969/2018, de vinte e nove de novembro findo. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir um subsídio no montante de 6 000,00€ (seis mil euros) à identificada associação, e nos demais termos que constam da minuta de protocolo anexa. -----

Após discussão, a proposta foi submetida a votação nominal, tendo sido aprovada por unanimidade.-----



[Handwritten signature]

11. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A ASSOCIAÇÃO DENOMINADA ASSOCIAÇÃO DE TEATRO AMADOR AVISCENA - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES TEATRAIS. -----

Presente pedido da associação denominada Associação de Teatro Amador Aviscena – Realização de Atividades Teatrais, enviado por email de trinta e um de outubro último, registado com o número trinta e dois mil e cinquenta e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio destinado a compartilhar a realização de diversas atividades teatrais nos anos de dois mil e dezoito e dois mil e dezanove. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Património e Museus, conforme informação de vinte e três de novembro findo, registada com o número treze mil cento e quarenta e cinco, que propõe a celebração de um Protocolo com aquela associação, que tem por objeto a promoção e divulgação do teatro e as artes cénicas no concelho e a sua divulgação, no anos de dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, e mediante a atribuição de um subsídio no montante global de 4.000,00€ (quatro mil euros), do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V, rubricado pelo presidente da câmara e por quem a secretariou. ---

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental nº 3463/2018. -----

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3710/2018, conforme documento de requisição externa de despesa número 3790/2018, de vinte e nove de novembro findo. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir um subsídio no montante de 4 000,00€ (quatro mil euros) à identificada associação, e nos demais termos que constam da minuta de protocolo anexa. -----

Após discussão, a proposta foi submetida a votação nominal, tendo sido aprovada por unanimidade. -----



[Handwritten signature and initials]

12. PARÓQUIA DE SANTA MARIA MADALENA - SANTO TIRSO - PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA OBRAS NO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO. ---

Presente ofício de sete de novembro findo, da Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria Madalena, registado com o número trinta e dois mil seiscentos e treze, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as obras no Santuário de Nossa Senhora da Assunção, cuja estimativa orçamental é de 108.251,00 € (cento e oito mil duzentos e cinquenta e um euros). ----

O assunto vem informado pela Divisão de Projetos e Empreitadas, conforme informação de trinta de novembro findo, registada com o número treze mil quatrocentos e setenta e três, que informa quais os trabalhos a realizar e que o orçamento apresentado pela Paróquia é aceitável face à natureza e quantidade dos trabalhos a executar e preços correntes no mercado. -----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito: -----

Considerando a competência da câmara prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1º do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para apoiar entidades legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras de interesse para o município; --

Considerando a importância que as Igrejas Locais assumem no seio da comunidade em que se inserem, sendo que os membros da Igreja são simultaneamente membros da comunidade local e um número significativo dos cidadãos são membros conscientes e ativos da Igreja, estando simultaneamente comprometidos com o desenvolvimento social; -----

Considerando que não se pode ignorar que a comunidade paroquial congrega, gera fenómenos comunitários organizados, que contribuem para a construção harmoniosa da sociedade; ---

Considerando que o Santuário de Nossa Senhora da Assunção, localizado em Monte Córdova, é um dos muitos santuários existentes em Portugal e dos poucos dedicados a Nossa Senhora da Assunção, sendo considerado uma das “salas de visita” do concelho; -----

O projeto de construção daquele santuário, para substituição da “Capela velha”, foi da iniciativa da Irmandade de Nossa Senhora da Assunção, com o apoio de um dos grandes homens da



(Handwritten mark)

(Handwritten mark)

cidade de Santo Tirso, o Comendador Albino de Sousa Cruz, que pronunciou para este projeto o arquiteto Ernesto Korrodi, decorria o ano de 1919; -----

Aquele magnífico templo é um exemplo de arte de inspiração românico-gótico e guarda no seu interior uma bela imagem da Nossa Senhora da Assunção; -----

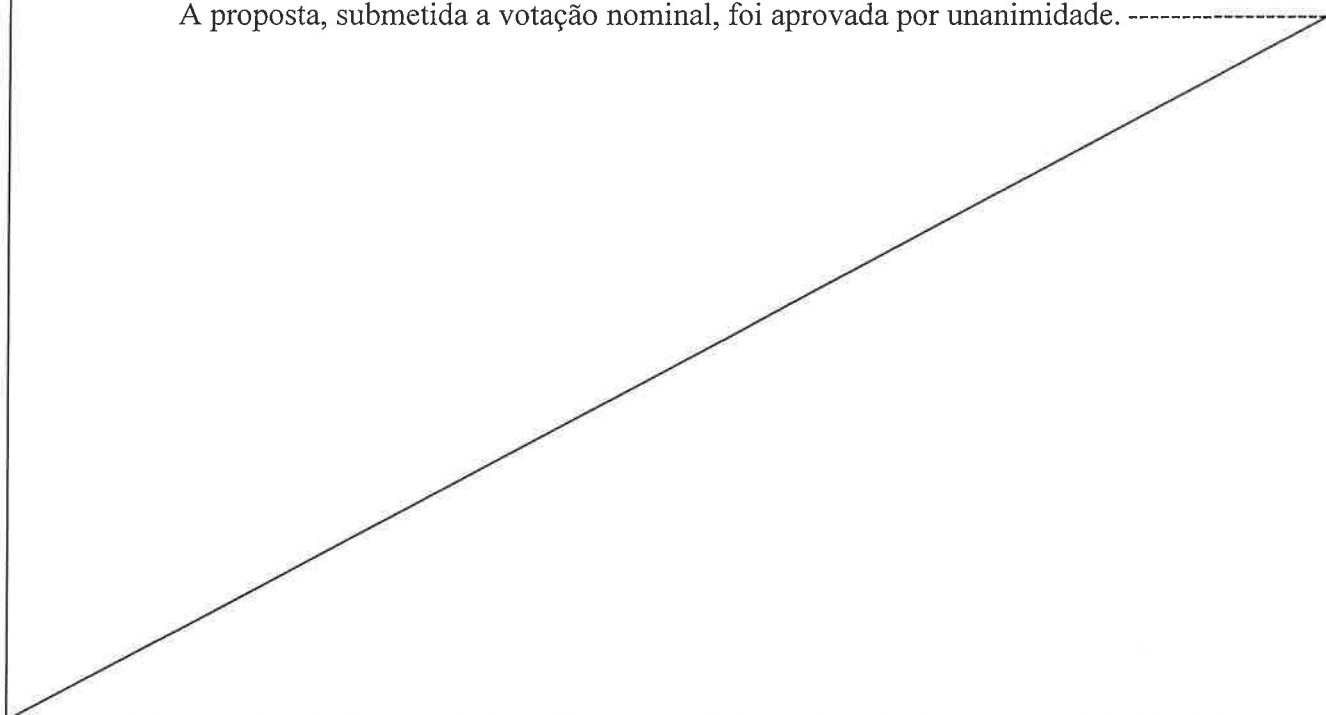
Pelo que, é de relevante interesse para o município a sua preservação. -----

Proponho assim que a câmara municipal delibere atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria Madalena um subsídio no montante de 11.000,00 € (onze mil euros) para ajudar a custear as despesas com as obras referidas na aludida informação técnica, a pagar à medida da execução dos trabalhos. -----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 3604/2018. -----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 3810/2018, conforme documento de requisição externa de despesa número 4068/2018, de 12 do corrente mês de dezembro. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----





13. FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SÃO SALVADOR DE MONTE CÓRDOVA - PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA AS FESTAS EM HONRA DE SANTA LUZIA. -

Presente email de dezasseis de novembro findo, da Fábrica da Igreja Paroquial de São Salvador de Monte Córdova, registado com número trinta e três mil quinhentos e setenta e sete, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as festas em honra de Santa Luzia, que se realizarão de sete a dezasseis do corrente mês de dezembro, cuja estimativa orçamental é de 15.000,00 € (quinze mil euros). -----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho; -----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais; -----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada; -----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 200,00 € (duzentos euros) à Fábrica da Igreja Paroquial de São Salvador de Monte Córdova, para ajudar a custear as despesas com a realização das referidas festas. -----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3567/2018. -----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o n.º 3765/2018, conforme documento de requisição externa de despesa número 4019/2018, de sete do corrente mês de dezembro. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



**14. FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SANTA CRISTINA DO COUTO -
PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA AS FESTAS EM HONRA DE SANTO ANDRÉ. -----**

Presente ofício de dez de outubro último, da Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Cristina do Couto, registado com número trinta e três mil quinhentos e setenta e sete, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as festas em honra de Santo André, que se realizaram de trinta de novembro a dois de dezembro, cuja estimativa orçamental foi de 7.250,00 € (sete mil duzentos e cinquenta euros). -----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho; -----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais; -----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada; -----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 200,00 € (duzentos euros) à Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Cristina do Couto, para ajudar a custear as despesas com a realização das referidas festas. -----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3515/2018. -----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o n.º 3711/2018, conforme documento de requisição externa de despesa número 3971/2018, de vinte e nove de novembro findo. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



15. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO DENOMINADA UNIÃO DESPORTIVA DE S. MAMEDE DE NEGRELOS.-----

Presente officio de vinte e três de novembro findo, da associação denominada União Desportiva de S. Mamede de Negrelos, registado com o número trinta e quatro mil cento e catorze, a remeter a documentação necessária à celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, para apoiar o programa de desenvolvimento desportivo a levar a cabo por aquela associação no ano de dois mil e dezoito. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número treze mil seiscientos e setenta e seis, de quatro do corrente mês de dezembro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que a associação União Desportiva de S. Mamede de Negrelos tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço de Segurança Social Directa, no dia doze de novembro findo, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, na mesma data, válida por três meses;-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município; -----

Considerando a competência prevista na alínea o) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 4.000,00 € (quatro mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante,



constituindo o anexo VI da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----

O montante da comparticipação financeira atribuída pelo município é suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 3559/2018. -----

O compromisso inerente à atribuição da referida comparticipação financeira está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3751/2018, conforme documento de requisição externa de despesa n.º 4006/2018, de cinco do corrente mês de dezembro. -----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do n.º 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

Após discussão, e votação nominal, a câmara municipal deliberou, por unanimidade, celebrar o aludido contrato-programa. -----



16. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE TARRIO. -----

Presente ofício de trinta de novembro findo, da Associação Desportiva de Tarrío, registado com o número trinta e cinco mil cento e oitenta e oito, a remeter a documentação necessária à celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, para apoiar o programa de desenvolvimento desportivo a levar a cabo por aquela associação no ano de dois mil e dezoito. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número treze mil setecentos e vinte e um, de cinco do corrente mês de dezembro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito: -----

Considerando que a Associação Desportiva de Tarrío tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço de Segurança Social Directa, no dia vinte e sete de novembro findo, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia vinte e cinco do mesmo mês de novembro, válida por três meses;

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município; -----

Considerando a competência prevista na alínea o) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VI da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta



reunião. -----

O montante da comparticipação financeira atribuída pelo município é suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 3560/2018. -----

O compromisso inerente à atribuição da referida comparticipação financeira está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3752/2018, conforme documento de requisição externa de despesa n.º 4007/2018, de cinco do corrente mês de dezembro. -----

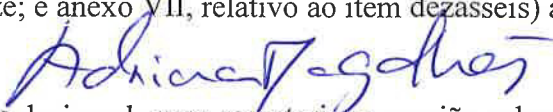
Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do n.º 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

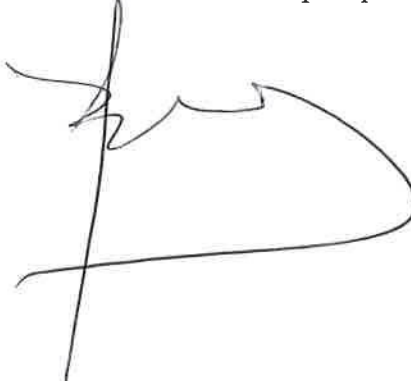
Após discussão, e votação nominal, a câmara municipal deliberou, por unanimidade, celebrar o aludido contrato-programa. -----

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Dezasseis horas. -----

E para constar se lavrou a presente minuta da ata que tem quarenta sete folhas, e sete documentos anexos (anexo I, relativo ao item cinco; anexo II, relativo ao item seis; anexo III, relativo ao item nove; anexo IV, relativo ao item dez; anexo V, relativo ao item onze; anexo VI, relativo ao item quinze; e anexo VII, relativo ao item dezasseis) apenas utilizadas no anverso, que eu


funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.



APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 23 / 12 / 2018 conforme consta do item um da respetiva minuta (folhas cinco).-----

A Secretária,

